

- 4 FEV 1993

DF

# Prorrogado prazo para revisão do IPTU

JOAQUIM FIRMINO



O Núcleo da Fazenda no Plano atende por dia cerca de 800 pessoas em busca da 2ª via do carnê do IPTU

O secretário de Fazenda e Planejamento, Everardo Maciel, não atendeu o pedido de redução de 30 por cento nos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de dilatação do prazo para pagamento feito ontem de manhã pelos empresários locais. Os empresários queriam pagar o imposto com um desconto de 30 por cento no valor real cobrado no ano passado, sob a alegação de que o setor produtivo vem enfrentando graves dificuldades econômicas. Maciel concordou apenas com a dilatação do prazo para interposição de recursos solicitando reavaliação do imóvel. O novo prazo termina no dia 19 deste mês. A data de pagamento permanece inalterada: o último dia para pagamento sem multas é amanhã.

O secretário esclareceu que o novo prazo para recursos é válido para todos os contribuintes, mas não dispensa o pagamento do IPTU até a data de vencimento. "Não podemos dispensar um tratamento diferenciado entre os contribuintes. A regra tem que ser a mesma tanto para os empresários como para os pequenos contribuintes assalariados, por força de preceitos constitucionais", completou. Ele ressaltou que se ficar constatada superavaliação do imóvel o dinheiro pago a mais será resarcido ao contribuinte.

**Pedido** — Os empresários entregaram uma carta ao secretário em que afirmam que o IPTU dos imóveis

comerciais do Setor de Indústrias subiram mais que a valorização alcançada pela área em 1992. Everardo Maciel explicou que o imposto não é estipulado conforme à variação da valorização dos imóveis e sim de acordo com o valor venal (preço de mercado). "O suposto aumento real levantado pelos empresários nada mais é do que a constatação de que alguns imóveis estavam subavaliados no ano passado. Todos os anos a secretaria faz uma nova avaliação e define o valor venal de cada imóvel que, diga-se de passagem, fica bem abaixo do preço real. O IPTU do DF é um dos mais baixos do País".

Como exemplo, Maciel citou um imóvel situado no SIA que foi avaliado pela secretaria em Cr\$ 9,7 bilhões. O proprietário do imóvel encaminhou correspondência à Secretaria oferecendo o imóvel para penhora e discordando da avaliação. Ele apresentou um atestado de avaliação de uma empresa particular que fixava o valor venal do imóvel em Cr\$ 62 bilhões.

Na correspondência, o proprietário reconhecia que a avaliação da secretaria é bem inferior à realidade do mercado imobiliário do DF. "Situações como esta se repetem frequentemente. A avaliação da secretaria nos imóveis comerciais é de apenas um sexto do preço oferecido pelos próprios empresários. Mesmo assim, todos os anos a reclamação acontece", acrescentou o secretário.